

**"IMPERFEITOS MECANISMOS E IMPERITOS
TRABALHADORES:" MODERNIZAÇÃO E TRABALHO
LIVRE NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA - 1870/1885***

Sylvia Couceiro Bompastor**

"A agricultura, senhores, chegou ao período industrial do emprego dos meios mecânicos tendentes à economia do tempo e do capital: a mão-de-obra é muito cara para os produtos que dela resultam; é preciso urgente substituí-la por máquinas." (SAAP, Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, 1878)

"Só há duas questões: a vida e a morte. A vida é o trabalho, a liberdade. A preguiça, a indiferença, o egoísmo e a opressão oficial, ou não oficial, são a morte. Saudemos, senhores, o trabalho livre e inteligente!" (SAAP, Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, 1878)

A partir de 1870, o crescimento do movimento abolicionista e a crise da grande lavoura colocaram a elite proprietária nordestina diante de questões cruciais: como reerguer a agroindústria açucareira? Que fazer para evitar a desorgani-

* Este artigo corresponde a uma versão modificada e condensada de dois capítulos da dissertação de Mestrado *O Discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em Fins do Império: 1875-1885*, defendida no Mestrado de História da UFPE, e foi redigido para ser apresentado no evento América 92: Raízes e trajetórias, realizado em São Paulo em agosto/92.

** Mestre em História — UFPE e Pesquisadora do Dept.º de História Social.

zação do processo produtivo numa perspectiva de fim do trabalho escravo?

Reunidos na Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), fundada em 1872, os senhores de engenho da província se vêem forçados, em função de um contexto de crise que atravessavam e do receio e insegurança em relação a um possível colapso no setor de mão-de-obra, a reestruturarem suas concepções e propostas, no sentido de superar esse quadro. Elaborando, assimilando e adaptando normas e valores ligados ao imaginário burguês de uma sociedade alicerçada no progresso material e tecnológico e numa nova percepção do trabalho, os grandes proprietários pernambucanos expressaram através da SAAP seu projeto para adequar a produção nos engenhos a uma nova realidade que se impunha.

Tomando como ponto de partida a análise do discurso dos sócios da Sociedade Auxiliadora da Agricultura e dos participantes do Congresso Agrícola do Recife, realizado em 1878 por iniciativa da SAAP, este trabalho tem como objetivo resgatar as representações criadas pela classe dominante pernambucana no sentido de pressionar a favor da implantação de um projeto modernizador na região. Esse projeto implicaria não só a introdução de melhoramentos técnicos e a mecanização da produção, mas, sobretudo, a estruturação por parte dos grupos dominantes de uma nova ideologia do trabalho, que pretendia através da divulgação dos ideais burgueses de sociedade moderna, transformar o cotidiano do homem pobre livre e do ex-escravo, forçando-os a adotar a disciplina do trabalho capitalista.

1) A Visão da Crise

“A crise há tomado proporções que ninguém calculou, achando-se a agricultura e todos os mais ramos de atividade, pedindo estudo e aplicação de medidas rápidas e salvadoras.” (SAAP — Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, 1878)

Criada em 1872, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco reunia fundamentalmente os proprietários de engenho de médio e grande porte, e alguns comerciantes ligados à exportação de açúcar da província. No decorrer das décadas de 70 e 80 do século XIX, esses grupos dominantes, pressionados principalmente pelo crescimento do movimento

abolicionista, rediscutem as questões sociais, econômicas e políticas que contribuía para o que denominavam de “atraso e rotina” da grande lavoura, construindo um quadro geral do que seria a “crise” que atingia a agricultura da região.

Utilizando-se de um discurso de cunho generalizador, universalizante, onde se colocavam como representantes das reivindicações da totalidade dos agricultores da região, e porque não dizer da sociedade em geral, colocando a agricultura como atividade central e básica, “fonte de toda produção de riquezas da região”, os grandes proprietários procuravam preservar seu poder e sua existência enquanto classe dominante, reforçando suas formulações com relação à crise. Por outro lado, o discurso da unidade, da crise geral que afetava “as províncias irmãs” e o “povo norte”, servia para encobrir a grande diversidade de interesses e propostas a nível social e econômico dos mais variados grupos da região, contribuindo para legitimar junto ao governo imperial as reivindicações da elite açucareira.¹ Foram freqüentes no Congresso Agrícola de 1878 depoimentos como o do proprietário de engenho José Fortunato Porto: “Sendo a agricultura (...) a fonte principal da riqueza pública e particular, não estarão todas as demais classes ligadas a ela por tal forma de encadeamento, que quebrando um elo todas sofrerão? Donde vem o comércio, as artes, todo desenvolvimento ou atraso, todo bem ou todo mal, senão da agricultura?”²

Ao produzir o discurso da “crise geral”, esses grupos dominantes estruturavam um quadro de decadência que a grande lavoura do norte atravessava naquele momento, analisando os principais problemas que os atingia, e apontando para as soluções que possibilitariam a superação deste contexto. Na opinião dos sócios da Sociedade Auxiliadora, a falta de acesso ao capital, dificuldades de crédito, e a pesada carga de impostos que recaía sobre seus ombros, eram os principais motivos que dificultavam a implantação das reformas que possibilitariam a entrada da agricultura regional nos novos padrões de “civilização” e “progresso” exigidos pela sociedade burguesa.

A utilização de modernos mecanismos para a fabricação do açúcar, a implantação de novos instrumentos e técnicas no cultivo da cana, a melhoria nos sistemas de transporte e comunicações, a fundação de academias de ciências agrárias para instrução técnica e científica da elite proprietária, a criação de colônias e estabelecimentos agrícolas que treinassem a população pobre livre para o trabalho nos engenhos e a aprovação de leis que reprimissem a vadiagem e iti-

nerância desses indivíduos, são as propostas apresentadas para superação do "atraso" e da "rotina" em que estava mergulhada a agroindústria açucareira da região.

2) Modernização, Ciência e Técnica

"Enquanto não praticamos as doutrinas científicas de agronomia associada ao fabrico, não teremos os bons resultados que devemos obter. Na cana-de-açúcar, além do cultivo aperfeiçoado, que é necessário, precisa-se de química rural, meteorologia, drenagem, irrigação; no fabrico, de química, física, mecânica, ciências estas indispensáveis, a fim de colhermos o que atualmente não tiramos." (SAAP, Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, 1878)

A partir da segunda metade do século XIX, os grupos dominantes ligados à produção e comercialização do açúcar em Pernambuco iniciaram um processo de discussão no sentido de superar o quadro de "crise e decadência" que atravessam. A proposta apresentada pelos membros da Sociedade Auxiliadora se baseava numa verdadeira reforma no mundo rural, cuja palavra de ordem era a modernização. Esse projeto modernizador implicaria a adequação de toda estrutura de produção à nova lógica burguesa de organização da sociedade, onde a introdução de nova tecnologia, com a utilização das máquinas em larga escala, e o controle e submissão do trabalhador nacional às regras impostas pelo trabalho assalariado, promoveriam o progresso material e moral da região. Para os participantes do Congresso, o cultivo da cana e a fabricação do açúcar estavam se baseando "numa rotina imprópria dos conhecimentos da lavoura aperfeiçoada da nossa época", com a utilização de "**imperfeitos mecanismos e imperitos trabalhadores**". Era portanto urgente que os agricultores soubessem "praticar os processos modernamente conhecidos sobre o cultivo e o fabrico".³

As idéias dos grupos dominantes de que através da mecanização e das inovações tecnológicas conseguiriam recuperar a condição de principal produtor de açúcar mundial, incentivaram inúmeros proprietários de engenho a tentarem reformular o processo produtivo através da introdução das máquinas. Contaminados por uma verdadeira epidemia de "cientificismo" que tomou conta do País no final do século

XIX e início do século XX, onde preceitos do “positivismo, da economia política clássica, do evolucionismo, do naturalismo e do darwinismo social” se juntavam aos ensinamentos dos institutos europeus de mecânica e escolas técnicas, os senhores de engenho iniciaram a introdução das máquinas na produção do açúcar.⁴

Na tentativa de implantar os modernos processos técnicos de produção fabril, com a utilização das máquinas, os senhores de engenho de Pernambuco produziram um discurso semelhante ao da burguesia européia, que estabelecia a união entre ciência e técnica, buscando com isso respaldo para a idéia de que a prosperidade material estaria aliada ao progresso científico. Na verdade, a vinculação entre ciência e tecnologia tinha como objetivo impor “a concepção de processo e de disciplina de trabalho dos patrões sobre os trabalhadores e, mais ainda, aprisionar a ciência ao projeto burguês de desenvolvimento econômico e tecnológico”.⁵ Na opinião dos proprietários de engenho de Pernambuco, era **“indispensável dar instrução técnica superior à lavoura**. O agricultor carece tanto de instrução como o médico e o engenheiro, a fim de que, **cientificamente habilitado**, possa melhor utilizar a propriedade territorial, aviventá-la e curá-la”.⁶

A mecanização da agroindústria açucareira de Pernambuco só se iniciou de forma mais sistemática a partir da década de 70 do século passado, quando alguns senhores de engenho introduziram moendas quádruplas, centrífugas, caldeiras a vácuo e máquinas a vapor. As dificuldades enfrentadas neste momento de crise pelos grupos dominantes constituíam uma série de problemas ao projeto de mecanização dos engenhos, ao mesmo tempo em que acendiam as discussões em torno da instalação dos engenhos centrais subsidiados pelo governo.⁷

Desejando manter o controle tecnológico sobre a produção do açúcar na província, os senhores pernambucanos passam a criticar o projeto do governo imperial que previa a implantação dos engenhos centrais na província, a partir do momento em que se evidenciou a participação de empresas estrangeiras no processo. Aprovada em 1875, a Lei Imperial que regulamentava o assunto previa a racionalização do trabalho nos engenhos com a separação das duas etapas de produção: o setor agrícola, que ficaria a cargo dos proprietários locais, e o setor industrial, que passaria para as mãos das empresas estrangeiras, responsáveis pela montagem das centrais mediante concessões e privilégios financeiros dados pelo governo imperial.

Alijados do comando do processo de instalação das centrais, ameaçados de se transformarem em simples fornecedores de cana às empresas estrangeiras, os senhores de engenho de Pernambuco passam a atacar ferozmente o sistema proposto, pressionando o governo imperial pela implantação de um modelo modernizador que mantivesse o seu domínio e privilégio a nível provincial, o que seria alcançado mais tarde com a introdução das usinas.

Os objetivos que mobilizavam os proprietários de engenho de Pernambuco em torno da mecanização da produção açucareira estavam ligados fundamentalmente à questão da mão-de-obra. A perspectiva do final da escravidão e a consciência de que o conhecimento das técnicas de produção permaneceria nas mãos dos trabalhadores, assustava os grupos dominantes com o fantasma da desorganização da estrutura econômica da província, levando-os a acreditar que a implantação das inovações técnicas era uma das poucas saídas para o problema. Segundo o gerente da Sociedade Auxiliadora, somente através da "introdução e vulgarização dos melhoramentos agrícolas" se encontraria **"a mais plena e segura compensação para essa insuficiência e incerteza de braços que tanto nos intimida"**.⁸

Na verdade, a mecanização dos engenhos e a consequente substituição do homem pela máquina, tinha como objetivos não só a dinamização da produção e melhoria da qualidade do açúcar fabricado, mas fundamentalmente "a apropriação dos saberes e, por conseguinte, a suspensão do controle técnico do processo de trabalho (...) ditado pelos próprios trabalhadores".⁹ Aliado a esse processo de apropriação dos saberes, a implantação das máquinas também possibilitaria a imposição da disciplina e a submissão do trabalhador às regras rígidas do sistema assalariado de trabalho.

O projeto modernizador expresso no discurso dos donos de engenho pernambucanos, respaldado nos modernos conhecimentos técnicos e científicos, além de expropriar o trabalhador, obrigando-o à submissão ao sistema mecanizado, também implicava a ampliação da parcela de desempregados, cujos conhecimentos e ofícios não encontravam mais espaço para serem exercidos diante da nova realidade que se impunha.¹⁰

Transformada pelo imaginário burguês em expressão do progresso e da prosperidade material, as máquinas não foram as únicas responsáveis pela sujeição do trabalhador pobre ao processo capitalista de assalariamento. A expropria-

ção do homem pobre livre, uniram-se outras estratégias que garantiriam o controle da elite proprietária dos engenhos no processo de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre.

3) Trabalho, Disciplina e Repressão no discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco

“O que precisamos é da reforma de nossas leis; pois as vigentes garantem a vagabundagem, a ociosidade, sob o pomposo nome de liberdade do cidadão, que melhor se chamaria miséria do cidadão. Pois a independência vem do trabalho, e tanto mais independentes somos, isto é, tanto mais trabalhamos, quanto maior é a soma de liberdade de que gozamos.” (SAAP, Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, 1878)

O projeto de modernização, contido no discurso dos representantes da Sociedade Auxiliadora, pressupunha muito mais que a simples introdução das novidades tecnológicas nos engenhos. No sentido de estimular a formação de um mercado de trabalho e impor a supremacia do sistema capitalista de produção na província, os grupos dominantes estruturaram uma nova representação para o “mundo do trabalho”, buscando submeter o homem pobre livre ao sistema assalariado através da identificação do conceito de trabalho com os conceitos de honra, progresso, moral e civilização. Através da construção dessa nova ideologia do trabalho, mecanismos de repressão foram instituídos pelos grupos dominantes, com o objetivo claro de vigiar e exercer um controle total sobre a vida da população pobre, forçando-a a submeter-se ao trabalho ordeiro e disciplinado nos engenhos.

Segundo a visão da maioria dos proprietários de engenhos de Pernambuco, a solução neste momento de transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre, seria a utilização do trabalhador nacional na produção açucareira. As atas e relatórios da Sociedade Auxiliadora revelam o pouco interesse dos seus sócios em torno da imigração estrangeira, processo inverso do ocorrido no sudeste do País nesta fase. Posicionando-se, quase que unanimemente, de forma contrária ao estabelecimento de colônias de imigrantes estrangeiros na região, a luta dos proprietários locais concentrava-se, neste momento, em torno das verbas destinadas pelo governo im-

perial para auxílio à imigração. Canalizados unicamente para o sudeste, esses recursos eram disputados avidamente pelos grupos dominantes locais, desejosos de aplicá-los no incremento de projetos que possibilitassem a conversão dos ociosos braços nacionais em industriosos trabalhadores. Em reunião do Conselho Administrativo da SAAP, a proposta dos participantes era reivindicar junto ao governo imperial que “a quota anualmente votada para a colonização seja repartida entre as diversas províncias (...), e o quinhão que nos tocar, destinado **exclusivamente à colonização nacional, única que nos parece ser proveitosa e convenientemente praticada**”.¹¹

Ao defender a utilização do trabalhador nacional na lavoura canavieira, colocando-o como a “única opção proveitosa”, os grandes proprietários descartavam o emprego de colonos estrangeiros, argumentando que “não podendo entregar-se ao trabalho permanente da agricultura, sob o ardor do nosso sol, (esses imigrantes) permaneceriam nas cidades do litoral”.¹²

A preocupação dos grandes proprietários em evidenciar os aspectos superficiais contrários ao estabelecimento de uma política de imigração no Norte, utilizando-se de justificativas como as dificuldades de adaptação ao clima tropical e ao trabalho árduo dos engenhos, deslocavam para o segundo plano as causas centrais que os desencorajavam a adotar a solução da imigração para suprir a carência de braços que a abolição traria. Inseguros nesse momento de crise, esses grupos temiam que o estabelecimento de elementos estranhos pudesse concorrer para o agravamento dos problemas econômicos e sociais da província. Seus receios giravam em torno da ameaça de concorrência que os estrangeiros poderiam representar aos nacionais, principalmente nos setores do comércio e pequenas indústrias, além do risco desses imigrantes se constituírem em elementos desestruturadores da ordem, conturbando o processo de “reconstrução social pacífica” que almejavam. Na opinião dos sócios da SAAP, “a colonização estrangeira é **ruinosa e pouco favorável à moralidade pública**, pois do seu incremento nas províncias do sul, data correspondente **aumento nos crimes contra propriedade**”; segundo os senhores de engenho o estabelecimento de colônias de imigrantes se constituiria num risco para a região, pois resultaria na “criação de um miserável cano de esgoto para as imundices e escórias dos países estrangeiros”.¹³

Em suma a solução ideal para a maioria da elite proprietária era o aproveitamento do trabalhador nacional, o qual “preparado com educação agrícola conveniente” e “submeti-

do a leis reguladoras dos seus direitos e deveres”, satisfaria os requisitos necessários ao trabalho nos engenhos. Acostumados ao tipo de serviço, ao clima e à baixa remuneração, os ex-escravos e homens pobres livres, segundo a visão das elites, se enquadrariam com maior facilidade no perfil do “trabalhador ideal” que desejavam moldar para habitar o novo mundo “moderno e civilizado” que estavam construindo.

A partir da segunda metade do século XIX, a crise do sistema escravista e as secas, ocorridas principalmente na década de 70, acarretaram a presença crescente de uma massa de indivíduos marginais nas estradas, nos povoados e cidades, gerando verdadeiro pânico nas elites. No discurso dos grupos dominantes, a concentração desses elementos despossuídos nos núcleos urbanos se constituía num **“perigo iminente, numa revolução brutal, porque é a convulsão da fome e das más paixões das massas incitadas”**.¹⁴

O medo das multidões, do potencial destruturador que esse grande contingente de indivíduos despossuídos representava, apavorava os grandes proprietários, que iniciaram um processo de tentativa de controle dessa população através da coação ao trabalho. Vistos por essa elite como indolentes, preguiçosos, ignorantes, imorais e com tendências criminosas, esses indivíduos sobreviviam à custa da caça, pesca, coleta de frutos e mariscos, ou mesmo da agricultura de subsistência, perambulando de uma propriedade para outra, sem ocupação ou domicílio fixos, não se submetendo ao trabalho regular nos engenhos. Segundo os participantes do Congresso, a “vida quase nômade desses elementos” os induzia a “contrair hábitos de ociosidade, dissipação, imoralidade e anarquia, que os levam facilmente ao crime”.¹⁵

No sentido de manter seu domínio e inserir no mercado de trabalho esse “enxame de vagabundos e viciosos” que entregues à preguiça e ao ócio “vagueiam improdutivos pelas ruas das cidades, povoados e estradas”, a cometerem crimes e “consumir, pela ladroíce, o fruto do trabalho dos poucos laboriosos”, os grandes proprietários elaboraram um conjunto de representações, criando uma nova ideologia do trabalho.¹⁶ Ao mesmo tempo que tentavam incutir os novos conceitos de trabalho, ordem e liberdade, buscando a sujeição do homem pobre ao sistema assalariado, os grupos dominantes criavam um aparato repressivo, com a promulgação de leis e fortalecimento do poder policial, procurando punir a ociosidade e conter a mobilidade, exercendo um controle total sobre o cotidiano desses indivíduos.¹⁷

Para transformar esse homem pobre livre num industrioso trabalhador, enquadrado nas regras de produção capitalista, os grandes proprietários construíram um imaginário onde a idéia de trabalho superava os ranços e marcas impostas pelo regime escravocrata, convertendo-se no alicerce, no preceito básico da sociedade. Confrontando as noções de trabalho e vadiagem, a elite buscava imprimir uma conceituação positiva ao trabalho, identificando-o com as idéias de progresso, moral, liberdade e civilização. Na tentativa de arrancar esse grande contingente populacional da vida "indolente e adâmica", procurava-se persuadi-lo de que "o que cria valores é o trabalho; onde há o trabalho segue-se a **independência, a boa moral, a prosperidade** (...), assim como dá-se o contrário aonde estiver a preguiça."¹⁸

Segundo os participantes do Congresso Agrícola de 1878, era urgente a redefinição do conceito de trabalho, sua dignificação e promoção a elemento fundamental, estruturador das sociedades, pois só desta forma conseguiriam submeter ao sistema assalariado uma população que resistia à transformação da sua força de trabalho em mercadoria, subsistindo à margem das regras do novo jogo capitalista. Além disso, o sistema de trabalho que se impunha, disciplinado e ordeiro, se constituía numa arma nas mãos da elite, no sentido de controlar o cotidiano "desregrado" e potencialmente "perigoso" das camadas despossuídas; a vadiagem pelas ruas, as bebedeiras e arruaças nos botequins, as "primitivas" manifestações culturais, e as mudanças constantes de domicílio, fugiam totalmente às normas da sociedade capitalista. Neste contexto, o trabalho passou a ser utilizado pelos grupos dominantes como instrumento de controle, viabilizando a implantação do seu projeto de "moralização" e "civilização" das populações pobres. De acordo com um participante do Congresso Agrícola, era urgente a necessidade de se criar "focos de trabalhadores, em vez de lançar-se ao meio da rua os mais desfavorecidos da fortuna, que iriam aumentar o número de assassinos e ladrões".¹⁹

A internalização dos conceitos que regiam o novo universo do trabalho por parte da população pobre e dos ex-escravos, era condição essencial para o sucesso do projeto dos grupos dominantes de "aproveitamento de todas as forças no **Progresso de todos os ramos** (...), e a formação dos **hábitos de ordem** e bom regime nos trabalhos agrícolas".²⁰ As estratégias utilizadas pela elite, para submeter esses indivíduos à nova ordem, seguiam duas linhas de ação: a primeira de caráter educativo, e a segunda de cunho repressivo.

As propostas que colocavam a educação como instrumento capaz de transformar os "ociosos" e "ignorantes" em industriais trabalhadores, foram uma constante durante o Congresso Agrícola de 1878. Os grandes proprietários pediam urgência na criação de "escolas onde os nossos patrícios aprendam o que ignoram, aprendam a trabalhar e a aproveitar-se das nossas riquezas naturais".²¹

Além da criação de mais escolas, a elite também propunha uma reformulação no ensino público, de modo que seus currículos se voltassem para uma educação prática, criando nos indivíduos os hábitos de respeito e obediência às regras do trabalho capitalista. Criticando o ensino transmitido nas escolas da época, os grupos dominantes preconizavam "a necessidade que a par da educação intelectual (...), a **escola proporcione o desenvolvimento das forças e suas aplicações no trabalho e na perfeição moral**".²²

A preocupação com a boa formação moral, e a assimilação dos princípios da ordem e disciplina por parte das crianças livres e filhas de escravos, fez com que os senhores de engenho lançassem várias propostas de fundação de colônias e institutos agrícolas, onde "os pobres infantes, inocentes criaturas que vagueiam nas ruas e estradas públicas (...) sejam educados, (a fim de) termos ativos e aproveitáveis braços para a grande e pequena lavoura".²³ Tais estabelecimentos se baseavam numa rígida organização, onde o diretor, os feitores e um sistema policial controlavam e fiscalizavam o cotidiano das crianças, mantendo a ordem e infligindo castigos aos inadaptados, inclusive deficientes físicos, que passavam a ser encarados como elementos de grande potencial produtivo, indispensáveis ao sistema. Além da instrução agrícola teórica, os internos eram obrigados a trabalhar no plantio e colheita das terras da colônia, a freqüentar aulas para aprender a ler, escrever, e receber educação religiosa conveniente; o objetivo dos grupos dominantes era preencher todo tempo disponível das crianças com atividades "produtivas", imprimindo-lhes uma nova noção quanto à utilização do tempo, não deixando margem para a formação de hábitos viciosos e corrompidos. Acreditavam, portanto, que "assim preparados, não podem deixar de ser ótimos trabalhadores (...); se a escola os souber educar (...) teremos uma fonte perene de recursos e sólida garantia de progresso".²⁴

Ao mesmo tempo em que usavam a educação como instrumento de subordinação do homem ao sistema assalariado, a elite proprietária discutia a instituição de uma série de mecanismos legais que reprimissem os mais variados aspectos

da vida da população pobre livre, que não se coadunavam com a lógica e a disciplina do trabalho capitalista. A criação deste aparato repressivo era, para a elite, a forma mais rápida e eficiente de submeter essa massa de desocupados que resistia em obedecer às normas impostas pelo sistema de trabalho nos engenhos. Na visão dos grandes proprietários, “esses homens habituados, uns ao ócio, outros à vida pastoril (...), são ineptos para o duro e fatigante trabalho da cana (...). Por conseqüência, **só com disposições de lei muito fortes e enérgicas se disporão ao trabalho da agricultura**”.²⁵

Na tentativa de incorporar ao novo universo do trabalho essa população que ainda resistia, optando por se conservar à margem do sistema assalariado, os grupos dominantes elaboraram todo um complexo de leis com o objetivo de fiscalizar sua vida cotidiana e controlar seu comportamento, pois para essa elite, “**num País onde cada ocioso não tem dois homens ocupados a vigiá-lo, está ameaçada a segurança e a vida dos cidadãos úteis**”.²⁶ As propostas repressivas discutidas no Congresso Agrícola foram inúmeras, mas as que conseguiram maior adesão se referiam à criação de um código rural, com leis que coibissem a vagabundagem e itinerância da população pobre, instituisse a obrigatoriedade do trabalho, reforçasse as penalidades referentes aos crimes contra o patrimônio e organizasse uma polícia que atuando especificamente no campo, manteria a ordem e o cumprimento das normas do novo aparato legal.

A grande preocupação dos participantes do Congresso era a perda do domínio sobre essa massa de ociosos, e a necessidade de estabelecer mecanismos que garantissem sua dominação. São freqüentes as queixas dos senhores de engenho em relação às mudanças na lei do recrutamento obrigatório, grande arma que utilizavam para exercer seu controle sobre esses indivíduos. Feito de maneira extremamente violenta, imprimindo verdadeiro pânico entre os homens pobres, o recrutamento era utilizado com sucesso para “corrigir vadios (...) e suprir as lacunas da nossa legislação policial”. Com as alterações na lei, e a instituição do recrutamento por sorteio, era urgente a criação de novas formas de manutenção da soberania dos grandes proprietários, o que só seria possível através da obrigatoriedade do trabalho. Anteriormente, os ladrões, criminosos e “aqueles que não tinham meio algum de vida, eram mandados para o exército; tendo-se extinto esse meio de corrigir os que não trabalham, muito necessária será uma lei que torne o trabalho obrigatório”.²⁷ Com o objetivo de forçar todo cidadão sem arte, ofício ou emprego

a procurar trabalho, justificando dessa forma "meio de vida honesto", os grupos dominantes propõem leis que sujeitem esses indivíduos a fixarem residência, visando diminuir sua itinerância e facilitar sua subordinação ao trabalho regular nos engenhos.

Lançando mão de mecanismos que incluíam a formulação de um discurso que propagava uma nova ideologia do trabalho a ser aceita pela sociedade, e a utilização de um bem montado aparato repressivo que garantisse a neutralização da pressão exercida pela massa de despossuídos, e sua sujeição ao sistema ordeiro e disciplinado do trabalho assalariado, os senhores de engenho de Pernambuco prosseguem nos finais do século XIX tentando viabilizar a implantação do seu amplo projeto de modernização, com o objetivo de inserir a região nos padrões da moderna e civilizada sociedade liberal burguesa.

"Se os poderes do Estado auxiliarem, respeitarem e honrarem as iniciativas particulares (...), a sociedade brasileira sobressairá pela brilhante unidade humana, que quer, que só deseja a liberdade, a ordem, a paz, a família, a propriedade, o trabalho (...), a indústria florescente, a felicidade do povo, a grandeza da pátria, em uma palavra, a prosperidade de todos."²⁸



NOTAS

(1) Mais detalhes sobre o discurso da crise articulado pelos senhores de engenho de Pernambuco, ver Bompastor, Sylvia Couceiro. **O Discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em fins do Império: 1875-1885**. Recife, UFPE, dissertação de Mestrado, 1988 (mimeo).

(2) SAAP, **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em 1878**. Recife, CEPA-PE, 1978, pp. 350-51, grifo nosso.

(3) Id. *ibid.*, p. 143, grifo nosso.

(4) Sobre o discurso técnico-científico ver o trabalho de Turrazi, Maria Inez. **A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem**. COPPE, São Paulo, Marco Zero, 1989.

(5) Berg, M. citado por Bresciani, Maria Stella Martins. **Lógica e Dissonância — Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária**. In: Sociedade e Trabalho na História. Revista Brasileira de História, vol. 6, nº 11, São Paulo, Marco Zero, 1986, p. 18.

(6) SAAP, op. cit. p. 178, grifo nosso.

(7) Sobre a introdução das inovações tecnológicas nos engenhos de Pernambuco, ver Eisemberg, Peter. **Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro, Paz e Terra; UNICAMP, 1977.

(8) **Diário de Pernambuco**. Recife, 05.11.1872. Manifesto de lançamento da SAAP escrito por Inácio de Barros Barreto, grifo nosso.

(9) Barreiro, José Carlos — **Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX**. In: Revista Brasileira de História nº 14, São Paulo, Marco Zero, 1987.

(10) Sobre a Expropriação dos Trabalhadores Pobres, ver o texto de Izabel Marzon — **Trabalho Livre e Progresso**. In: Revista Brasileira de História, nº 7, São Paulo, Marco Zero, 1984.

(11) SAAP, Atas do Conselho Administrativo, 04.11.1885, grifo nosso.

(12) Id. *ibid.*

(13) Id. *ibid.*, 10.02.1886, grifo nosso.

(14) SAAP, op. cit. p. 450, grifo nosso.

(15) Id. *ibid.*, p. 91.

(16) Id. *ibid.*, pp. 219 e 290.

(17) Para uma discussão sobre o novo conceito de trabalho, ver os artigos de Bresciani, Maria Stella. op. cit. pp. 7-39, e Diniz, Ariosvaldo da Silva. **O Trabalhador Pobre no Imaginário das Elites Nordestinas (1850-1920)**. In: Brasil Norte e Nordeste — ANPOCS. Rio de Janeiro, Brasil América, 1991, pp. 13-40.

Sylvia Couceiro Bompastor

- (18) SAAP, op. cit. pp. 205 e 444, grifo nosso.
- (19) Id. ibid. p. 230.
- (20) Id. ibid. p. 307, grifo nosso.
- (21) Id. ibid. p. 373.
- (22) Id. ibid. p. 261, grifo nosso.
- (23) Id. ibid. p. 291.
- (24) Ver projeto para formação de uma Colônia Agrícola-Industrial para filhos de proletários e escravos, proposta por Joaquim Alvarez S. Souza, sócio da SAAP. SAAP op. cit. p. 294.
- (25) Id. ibid. p. 243.
- (26) Id. ibid. p. 450, grifo nosso.
- (27) Para acompanhar as discussões sobre a lei de recrutamento no Congresso Agrícola, ver SAAP, op. cit. p. 136 e 148, grifo nosso.
- (28) Id. ibid. p. 233.



